



Caderno de Provas

CPCP – 29

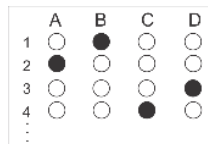
PROFESSOR POLIVALENTE

Edital Nº. 001/2022 – Bom Jesus/RN e São Tomé/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social.

Clara Balbi

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje — quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia — e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada — ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

Carlo Cafiero, economista e estatístico da FAO, afirma que o problema está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas", diz.

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população e menos com possíveis obstáculos no plantio ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que, segundo a FAO, fez com que 150 milhões de pessoas a mais do que o esperado sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia, que assombra lideranças mundiais há oito meses, tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do início do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas *commodities*, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguíram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto — convertendo-se em mercados dependentes dele. "Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles", diz a pesquisadora.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, que, de acordo com as projeções da FAO, deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas devido a mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

Seja como for, é na retomada de uma produção local — em que o plantio de alimentos ou a criação de animais está próxima de seu consumo, e as relações de trabalho são mais justas —, que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir impostos sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", diz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos."

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

01. O texto objetiva, principalmente,

- A) apresentar embasamento científico para invalidar totalmente a teoria do economista Thomas Malthus.
- B) apresentar embasamento científico para justificar a relação entre a fome e a desigualdade social.
- C) explicar por que eventos como a pandemia de Covid-19 contribuem para o agravamento da fome.
- D) explicar a importância da agricultura de perfil familiar na construção de políticas de combate à fome.

02. De acordo com as informações do texto,

- A) as inovações tecnológicas contribuíram para negar a relação direta entre o problema da fome e o crescimento populacional.
- B) o pensamento de Thomas Malthus ainda influencia o mundo atual e serve como argumento para que ambientalistas defendam agendas anti-imigração.
- C) os Estados Unidos, ao incorporarem os excedentes de produção alimentar de outros países, cessaram a produção local de alimentos.
- D) as soluções que procuram atingir o consumidor individual apresentam contribuição nula na resolução dos entraves à produção de alimentos.

03. Sobre a organização do quarto parágrafo, é correto afirmar:

- A) a ideia central está explícita no segundo período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no primeiro e terceiro períodos.
- B) a ideia central está implícita, mas é depreendida dos dados apresentados no segundo e terceiro períodos.
- C) a ideia central está diluída e pode ser reconstituída a partir de informações contidas no segundo e terceiro períodos.
- D) a ideia central está explícita no primeiro período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no segundo e terceiro períodos.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

04. Em relação às citações do discurso alheio presentes no texto, analise as afirmativas abaixo.

- I. No parágrafo 8, há citação indireta em que o autor do texto transcreve as palavras do autor citado.
- II. Nos parágrafos 8, 9, 10 e 11, o autor do texto recorre à citação de discursos de um mesmo autor.
- III. No primeiro parágrafo, o autor do texto recorre, primeiramente, a uma citação indireta e, em seguida, a uma citação direta.
- IV. No parágrafo cinco, há citação direta por meio da paráfrase do discurso do autor citado.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

05. A palavra **que** foi empregada para retomar um substantivo em:

- A) Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.
- B) Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.
- C) A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional.
- D) Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles.

A questões 6 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

[...] a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, **cuja** ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja.

06. A palavra em destaque é

- A) um pronome, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação de posse.
- B) um pronome, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de posse.
- C) uma conjunção, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação condição.
- D) uma conjunção, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de condição.

A questão 7 refere-se ao período reproduzido a seguir.

É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis.

07. O conector que introduz a terceira oração poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por

- A) desde que.
- B) contanto que.
- C) apesar de que.
- D) uma vez que.

A questão 8 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.

08. Nesse contexto linguístico, o verbo em destaque atribui ao sujeito a ação de

- A) explicar.
- B) confirmar.
- C) identificar.
- D) prognosticar.

A questão 9 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos.

09. Sobre a palavra em destaque, é correto afirmar:

- A) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- B) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.
- C) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- D) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.

A questão 10 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguiram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto, — convertendo-se em mercados dependentes dele.

- 10.** Sobre as possibilidades de pontuação do trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:
- A) a retirada da primeira vírgula mantém o sentido de explicação.
 - B) a retirada da segunda vírgula é sintaticamente adequada.
 - C) o travessão poderia ser substituído por uma vírgula.
 - D) o travessão poderia ser substituído por um ponto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. A avaliação da aprendizagem escolar ampara o educador e o educando na construção do conhecimento e a escola em seu papel social. De tal modo, educador e educando constroem a aprendizagem em parceria, testemunhando-a à escola, e esta, à sociedade. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, na medida em que
- A) o professor determina aquilo que o educando deve aprender no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao educando, ao se autoavaliar, ajuizar a sua qualidade.
 - B) o professor inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao docente, no ato de avaliar, acolher uma situação para, então, ajuizar a sua qualidade.
 - C) o professor examina o que o educando aprendeu no seu curso de aprendizagem, determinando a progressão do educando à proporção que atinge satisfatoriamente os objetivos do educador ao longo do processo de ensino-aprendizagem, no qual o educador classifica os educandos bem-sucedidos.
 - D) o educando classifica a sua progressão no curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao professor destacar a qualidade e o sucesso dos educandos bem-sucedidos.
12. As teorias da aprendizagem referem-se ao processo de desenvolvimento cognitivo que ocorre ao longo do desenvolvimento da formação humana, nos quais se incluem as aprendizagens construídas em sala de aula, na ambiência escolar ou fora dela. De acordo com essas teorias, aprendizagem é
- A) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento avaliativo e determinante para a sobrevivência no mundo do trabalho, que permite a expansão social e individualizada.
 - B) um processo de conhecimento que seleciona o que se deve aprender, de acordo com os interesses das inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento decisivo de desenvolvimento docente, no aperfeiçoamento das capacidades emocionais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.
 - C) um processo de conhecimento, de compreensão de inter-relações, em que condições de saúde determinam as condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de seleção das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão da comunidade escolar.
 - D) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, em que condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de desenvolvimento do aperfeiçoamento das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

13. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelos docentes partem de uma iniciativa pensada em propiciar a aprendizagem, com relevância para o desenvolvimento do discente, a construção do conhecimento e os saberes significativos da aprendizagem. A partir desse entendimento, a metodologia de ensino e aprendizagem
- A) é uma ação desenvolvida pelo docente, desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor consecução da aprendizagem.
 - B) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do docente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor definir a aprendizagem.
 - C) é uma ação desenvolvida pelo docente desde a concepção e planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, sugerida pela família e pela comunidade, no processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção direcional de um conjunto organizado de ações para melhor selecionar a aprendizagem.
 - D) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação metodológica, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor estabelecer os critérios de aprendizagens.
14. O planejamento educacional e de ensino, fundamentalmente, deve estar alicerçado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola-PPP, partindo de sua estrutura e das propostas didático-pedagógicas para a atuação profissional dos educadores. Considerando-se a importância do planejamento educacional e de ensino, compreende-se que a ação de planejar é uma
- A) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções comunitárias, familiares e religiosas. Essa ação tem como referência permanente as situações cotidianas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, os quais interagem no processo de avaliação.
 - B) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações didáticas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - C) atividade individualizada, com previsão das ações discentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações selecionadas pelo grupo familiar, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - D) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações estabelecidas pelos gestores escolares, pela política local e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

15. As diretrizes para a educação básica no Brasil têm passado por constantes mudanças cujo objetivo é à reelaborar as propostas que orientem as ações pedagógicas das instituições de ensino, destacando a necessidade de aperfeiçoamentos e retomadas de decisões para melhor prover o ensino brasileiro. Considerando esse pensamento, a Meta 2 do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tanto define a obrigatoriedade de
- A) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública regional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - B) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 12 (doze) anos e garantir que pelo menos 85% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública estadual, proposta de direitos e objetivos de avaliação e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental e médio”.
 - C) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de avaliação da gestão escolar para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - D) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR POLIVALENTE

16. O processo de avaliação da aprendizagem escolar ocorre com base nos ensinamentos e nas diversas situações de aprendizagens presentes nas propostas pedagógicas das escolas. Esse processo de avaliar deve ser pautado em uma linguagem compreensível na qual os alunos possam entender sobre o que está sendo avaliado. Com base nessa premissa, a avaliação da aprendizagem escolar deve ocorrer com relações diretas entre
- A) o selecionado e o aprendido na escola para que os docentes possam revelar suas aprendizagens.
 - B) o indicado pela gestão escolar e o aprendido, para que os alunos possam medir suas aprendizagens.
 - C) o ensinável e o aprendido, para que os alunos possam revelar suas aprendizagens.
 - D) o interesse e o estimulado na escola, para que os alunos possam identificar suas aprendizagens.
17. As teorias da aprendizagem e do desenvolvimento infantil norteiam as iniciativas pedagógicas que devem estar alinhadas com a aprendizagem dos alunos. Cada uma dessas teorias elaboradas no percurso formativo dos educadores apresenta objetivos vinculados ao desenvolvimento dos aprendentes, articulando a formação de conceitos e a construção do conhecimento. Correspondente a esse pensamento, é correto destacar que
- A) as teorias da aprendizagem privilegiam a aprendizagem de conhecimentos e habilidades que se adquire e se pode-se utilizar em situações diversas, cada vez que essa aprendizagem seja necessária para conhecer melhor, para interpretar ou para atuar. É uma aprendizagem compreensiva, em que se é capaz de atribuir significado ao conteúdo aprendido.
 - B) as teorias da aprendizagem privilegiam a aprendizagem de conhecimentos e habilidades docentes que se adquire e se pode utilizar em situações pontuais, cada vez que essa aprendizagem seja necessária para conhecer melhor, para interpretar ou para atuar. É uma aprendizagem individualizada, em que se é capaz de escolher os conteúdos aprendidos.
 - C) as teorias da aprendizagem privilegiam a aprendizagem de normatizações e habilidades que se adquire e se pode utilizar em situações diversas, cada vez que essa aprendizagem seja necessária para conhecer melhor, para interpretar ou para atuar. É uma aprendizagem da comunidade, em que se é capaz de atribuir significado ao conteúdo aprendido.
 - D) as teorias da aprendizagem distinguem a aprendizagem de conhecimentos e habilidades que se determina e se pode utilizar em situações diversas, cada vez que essa aprendizagem seja necessária para conhecer melhor, para interpretar ou para atuar. É uma aprendizagem decisiva, em que se é capazes de atribuir significado ao objetivo aprendido.
18. As abordagens teóricas ressaltam que a Didática estuda o processo de ensino tomado em seu conjunto, incluindo os conhecimentos científicos, os métodos e as formas de organização do ensino, as condições e os meios que mobilizam o aluno para o estudo ativo e o seu desenvolvimento intelectual. Entende-se como conceitos fundamentais os quais formam a base de estudos da didática que esta se desenvolve mediante
- A) a ação inibidora dos componentes fundamentais de avaliação, os objetivos da educação e da instrução, os conteúdos, o ensino, a aprendizagem, os métodos, as formas e os meios de organização das condições da situação didática e a avaliação.
 - B) a ação recíproca dos componentes fundamentais de ensino, os objetivos da educação e da instrução, os conteúdos, o ensino, a aprendizagem, os métodos, as formas e os meios de organização das condições da situação didática e a avaliação.
 - C) a ação recíproca dos componentes fundamentais de ensino, os objetivos da saúde, da família, dos conteúdos, da avaliação, os interesses pessoais, as formas e os meios de organização das condições da situação didática e a avaliação.
 - D) a ação dos gestores de ensino, os objetivos da educação e da instrução, os conteúdos, o ensino, a aprendizagem, os métodos, as formas e os meios de organização das condições da situação didática e a equipe pedagógica, em conjunto com a família .

19. O planejamento educacional e de ensino na organização e ação do trabalho didático-pedagógico docente atua como um elemento constitutivo da estruturação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, numa dimensão político-científica, reflexiva e pedagógica, contribuindo para a atuação docente. O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui
- A) tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.
 - B) tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações discentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à gestão.
 - C) tanto a previsão das avaliações em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos da coletividade quanto a sua revisão e determinação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se delimitar as ações docentes, mas também um momento de escolha de conteúdos ligados à avaliação.
 - D) tanto a previsão das atividades didáticas em termos de classificação, em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações discentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.
20. Os procedimentos metodológicos envolvem situações do cotidiano escolar articulando a organização do ensino aos conhecimentos científicos, aos momentos de reflexão acerca das aprendizagens e ações educativas. Eles corroboram para a efetivação da proposta pedagógica no ambiente educacional. Além disso configuram a atuação docente e alicerçam o processo de ensino e aprendizagem dos discentes. Esses procedimentos ainda levam em conta a natureza
- A) da prática educativa escolar numa determinada família, as características do processo de conhecimento do senso comum, as peculiaridades metodológicas e suas representações concretas na prática docente, as relações entre avaliação dos alunos e suas escolhas psicológicas de aprendizagem e de desenvolvimento.
 - B) da prática educativa numa determinada sociedade, as características do processo de avaliação, as peculiaridades dos discentes e suas manifestações concretas na prática docente, as relações entre ensino e desenvolvimento dos alunos, suas peculiaridades psicológicas de aprendizagem e de desenvolvimento.
 - C) da prática educativa do discente, numa determinada sociedade, as características do processo de conhecimento do senso comum, as peculiaridades metodológicas e suas manifestações concretas na prática docente, as relações entre gestores e alunos, suas peculiaridades psicológicas de aprendizagem e de desenvolvimento.
 - D) da prática educativa escolar numa determinada sociedade, as características do processo de conhecimento, as peculiaridades metodológicas e suas manifestações concretas na prática docente, as relações entre ensino e desenvolvimento dos alunos, suas peculiaridades psicológicas de aprendizagem e de desenvolvimento.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

21. A Legislação que norteia a educação básica brasileira tem sido reelaborada, reestruturada, repensada para atender as necessidades que surgem, ao longo do processo de desenvolvimento da educação, ocasionando as mudanças necessárias que possam acompanhar o processo evolutivo da educação brasileira. Considerando essas alterações, o Artigo 32 da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que
- A) “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.
- B) “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola privada, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da fala, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema econômico, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de amigos, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.
- C) “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola e na saúde pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de ler, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da fala e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de avaliação, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de talentos;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de amigos, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.
- D) “o ensino fundamental e médio obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de trabalho, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema econômico, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a família;
 - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de talentos;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

22. A aquisição da língua oral ou escrita é um processo por que passam todas as pessoas no momento da alfabetização. Sobre isso, é correto afirmar que,
- A) na língua escrita, não se aprende um fonema nem uma sílaba e nem uma palavra por vez. As palavras são selecionadas, desaprendidas, indefinidas e redefinidas a cada período. Há um processo cumulativo simples, unidade por unidade, com organização e estruturação evolutiva e contínua, processo pelo qual as crianças procuram ir sistematizando a aprendizagem da linguagem.
 - B) na língua oral, não se aprende um fonema nem uma sílaba e nem uma palavra por vez. As palavras são selecionadas, aprendidas, indefinidas e redefinidas a cada período. Há um processo simples de organização evolutiva de forma estruturada, definida e evolutiva, unidade por unidade, processo pelo qual os docentes procuram ir sistematizando a aprendizagem da linguagem.
 - C) na língua oral, não se aprende um fonema nem uma sílaba e nem uma palavra por vez. As palavras são apresentadas, desaprendidas, definidas e redefinidas continuamente. Não há um processo cumulativo simples, unidade por unidade, mas organização, desestruturação e reestruturação contínua, processo pelo qual as crianças procuram ir sistematizando a aprendizagem da linguagem.
 - D) na língua oral, se aprende um fonema e uma sílaba e uma palavra por vez. As palavras são apresentadas, aprendidas, definidas e redefinidas continuamente. Não há um processo cumulativo simples, unidade por unidade, mas desorganização, desestruturação e reestruturação contínua, processo pelo qual os docentes procuram ir sistematizando a aprendizagem da linguagem.
23. A formação docente está articulada aos avanços da profissionalidade dos professores, tanto iniciais quanto contínuos, numa perspectiva de colaborar efetivamente na atuação docente. O desenvolvimento profissional é
- A) favorecido quando os professores têm oportunidades de garantir o ensino, pesquisar de forma crítica, com seus superiores, sobre as práticas sociais; quando explicitam suas crenças e preocupações, analisam os contextos e, a partir dessas informações, experimentam a atuação da docência.
 - B) favorecido quando os professores têm oportunidades de refletir, pesquisar de forma crítica, com seus pares, sobre as práticas educativas; quando explicitam suas crenças e preocupações, analisam os contextos e, a partir dessas informações, experimentam novas formas de atuação da docência.
 - C) favorecido quando os discentes têm oportunidades de definir, pesquisar de forma crítica, com seus familiares e amigos, sobre as práticas educativas; quando explicitam suas crenças e preocupações, analisam os contextos e, a partir dessas informações, experimentam novas formas de atuação da docência.
 - D) favorecido quando os gestores têm oportunidades de refletir, pesquisar de forma crítica, com seus pares, sobre as práticas sociais; quando explicitam suas crenças e preocupações, decidem os contextos das informações a serem trabalhadas, experimentam novas formas de atuação da docência.
24. A legislação brasileira assegura direitos legais para crianças e adolescentes a partir do Estatuto da Criança e do adolescente - ECA. De acordo com determinações legais, da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, o Art. 3º estabelece:
- A) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - B) a criança, o adolescente e o adulto gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, algumas oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - C) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, certas oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar a aprendizagem do conhecimento moral, espiritual e religioso, em condições de liberdade e de dignidade.
 - D) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei e pela idade, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar a aprendizagem do conhecimento moral, psicológico e espiritual, em condições de liberdade e de dignidade.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

25. A educação inclusiva e seus aspectos legais determinam o acesso à educação e o direito à aprendizagem como determinações previstas na legislação brasileira. O Art. 2º, do Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020, define, no inciso IV, que a política educacional inclusiva – conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para
- A) garantir o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as famílias, os amigos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da saúde, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo.
 - B) desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão religiosa, profissional, política e os demais aspectos da vida humana do cidadão deficiente e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, sua família, seu trabalho, suas habilidades e seus limites, e resulta em benefício para a comunidade educativa como um todo.
 - C) garantir o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão de grupos políticos e os demais aspectos da vida humana do cidadão deficiente e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educador, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo.
 - D) desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo.
26. A estruturação didático-pedagógica da prática educativa na perspectiva inclusiva envolve a todos que compõem o ambiente educacional. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, destaca o acesso e a igualdade de direitos a todos bem como institui que é dever do
- A) Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
 - B) Município, dos trabalhadores da educação, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e indiscrição.
 - C) Estado, da família, de acordo com a religião, de cada comunidade escolar e dos professores assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
 - D) Município, dos professores, dos gestores e da comunidade escolar assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e indiscrição.
27. O planejamento educacional e de ensino norteia a ação docente como elemento estruturante da atuação educativa, visto que proporciona a organização da proposta do trabalho pedagógico escolar e se caracteriza como um processo de
- A) racionalização, organização e controle da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social.
 - B) racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social.
 - C) padronização, organização e coordenação da gestão, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto administrativo da escola.
 - D) padronização, organização e supervisão da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto educacional.

- 28.** A formação docente integra saberes da formação inicial e continuada, saberes profissionais arraigados aos saberes da experiência e outras vivências que ampliam o repertório de conhecimentos, fundamentando a atuação docente como profissional. Com base nessa formação, o professor é um agente
- A) gerenciador de mudanças, um cidadão culto, com motivação sob uma série de valores a compartilhar de forma controlada, negociadora com seus alunos e colegas, voltado para transformar a realidade e, por sua vez, transformar o processo educativo.
 - B) estimulador de mudanças, um cidadão culto, com motivação sob uma série de determinações a compartilhar de forma democrática com seus gestores e equipe, voltado para controlar o processo educativo e, por sua vez, transformar-se.
 - C) gerenciador de mudanças, um cidadão culto, com motivação sob uma série de decisões a compartilhar de forma controlada, negociadora com seus alunos e familiares, voltado para transformar e, por sua vez, transformar-se nesse processo.
 - D) estimulador de mudanças, um cidadão culto, com motivação sob uma série de valores a compartilhar de forma democrática, negociadora com seus alunos e colegas, voltado para transformar e, por sua vez, transformar-se nesse processo.
- 29.** O processo de avaliação da aprendizagem envolve diversas funções atreladas ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a prática pedagógica educativa fundamenta-se nas concepções de educação, na postura político-pedagógica e na formação docente, avaliando as aprendizagens dos estudantes de maneira
- A) processual, classificatória, exclusiva, formativa e global.
 - B) processual, formativa, dialógica, diagnóstica e somativa.
 - C) dialógica, informal, diagnóstica, decisiva e conclusiva.
 - D) dialógica, classificatória, inclusiva, processual e global.
- 30.** As teorias do desenvolvimento e da aprendizagem evidenciam o desenvolvimento do conhecimento humano e suas estruturas intelectuais, mas também concebem que
- A) o desenvolvimento cognitivo constitui um processo de construção de estruturas lógicas, em ordem ascendente de complexidade. As estruturas lógicas, ou estruturas cognitivas, são recursos da inteligência para lidar com a realidade e compreendê-la.
 - B) o desenvolvimento cognitivo constitui um processo de construção de estruturas lógicas, em ordem decrescente de complexidade. As estruturas lógicas, ou estruturas psicológicas, são recursos da inteligência para lidar com a imaginação e compreendê-la.
 - C) o desenvolvimento cognitivo institui um processo de construção de estruturas físicas, em ordem ascendente de complexidade. As estruturas biológicas, ou estruturas cognitivas, são recursos da inteligência para lidar com a criatividade e compreendê-la.
 - D) o desenvolvimento cognitivo institui um processo de construção de determinações lógicas, em ordem ascendente de pensamento. As estruturas biológicas, ou estruturas psicológicas, são recursos da inteligência para lidar com a comunidade e compreendê-la.